

## Despesa do governo federal vai crescer mais que o PIB em 2018

Por Fabio Graner | De Brasília

A despesa total do governo federal crescerá em 2018 acima do ritmo de expansão da economia, confirmados os cenários projetados pelo próprio governo em seus mais recentes documentos. Os números mostram que os gastos da administração federal devem ter alta de 3,2% acima da inflação, enquanto o PIB previsto pelo governo deve aumentar 3%. Isso é uma evidência do cenário de expansão fiscal para este ano.

Em termos da relação despesa/PIB, os números do governo apontam uma queda da ordem de 0,26 ponto porcentual neste ano, para 19,24% do PIB, menos do que os 0,4/0,5 ponto que havia sinalizado a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi. Esse movimento de queda, mesmo com a despesa se expandindo acima do nível de atividade, provavelmente está relacionado a uma questão técnica, o deflator implícito do PIB (medida de inflação específica das

contas nacionais) superior ao IPCA, o índice oficial de inflação.

Alguns economistas, como o especialista em contas públicas Sérgio Gobetti, preferem comparar a taxa de crescimento da despesa com o PIB potencial (capacidade de a economia e expandir sem gerar inflação) do país, cujas estimativas variam muito, mas nos cenários otimistas chegam a algo em torno de 2,5% ao ano. Essa métrica só reforça um quadro de expansionismo fiscal em ano eleitoral.

"A variável-chave para avaliar se a política fiscal é expansionista, ou não, é o PIB potencial e nunca se teve tanta dúvida sobre a magnitude dessa variável como atualmente. Mas uma coisa é certa: a taxa de crescimento do PIB potencial está bem menor hoje do que estava há quatro anos e isso afeta o julgamento que se faz da política fiscal", comenta. "Então, um crescimento entre 2% e 2,5% acima da inflação pode ser considerado neutro e apenas acima disso será claramente expansionista", comentou o economista. É o caso

agora.

Outra questão é a qualidade desse movimento de expansão fiscal, cujas indicações são de que será baixa. No governo, fontes ressaltam que grande parte dessa expansão da despesa esperada neste ano é de gastos obrigatórios, com pouco poder multiplicador sobre a economia, como pessoal e Previdência. Mais da metade da elevação será só nessas duas rubricas.

As despesas discricionárias, aquelas que o governo pode distribuir livremente, estão subindo R\$ 12,7 bilhões ante o realizado no ano passado, mas a distribuição desse recurso ainda é um mistério. O Ministério do Planejamento não informa qual o investimento total previsto, divulgando apenas o valor previsto para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas, aliás, na contramão dos demais gastos, terão queda. Segundo o Planejamento, o PAC tem um limite disponível de R\$ 22,95 bilhões, o que significa uma queda de 23,2% sobre a já deprimida base





de 2017.

Para Vilma Pinto, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), o ideal seria fazer cálculos do resultado fiscal estrutural ou ajustado ao ciclo econômico, medida que busca perceber o impulso efetivo da política fiscal levando em conta questões como PIB e seu potencial, receitas e despesas extraordinárias. Ela ainda não fez a projeção desse indicador para este ano, mas de qualquer forma, ela reconhece que o sinal, olhando-se apenas o lado da despesa, é de uma expansão fiscal.

Ela mostra preocupação com a qualidade do gasto, lembrando que no ano passado o investimento federal despencou. Para ela, se o sinal de expansão fiscal gera

preocupação, esse processo poderia ser menos problemático se o perfil da despesa adicional fosse mais voltado para investimentos do que para gastos obrigatórios.

O economista-chefe do banco Votorantim, Roberto Padovani, avalia que a expansão fiscal em curso revela uma gestão fiscal de mãos atadas. "O governo faz uma expansão por falta de instrumentos de controle e não por uma decisão de gestão", disse. Para ele, além do risco inflacionário de uma expansão fiscal, a situação "gravíssima" das contas públicas tende a ganhar espaço nas análises sobre o Brasil, especialmente se os riscos internacionais se materializarem. Na visão dele, a fragilidade da economia fica maior nesse quadro expansionista e de alta da dívida.

## **Curtas**

### **Sergipe pede recursos**

Em meio às discussões sobre saúde financeira da Caixa Econômica Federal, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, recebeu do governador do Sergipe, Jackson Barreto, um pedido de financiamento de R\$ 650 milhões do banco ao Estado. De acordo com a assessoria de imprensa do governador, Meirelles "informou que, ainda esta semana, pode sair uma resolução que viabilizará a operação". O financiamento tem como objetivo reconstruir as rodovias estaduais e executar outras obras de infraestrutura.

### **Saques do PIS/Pasep**

O Ministério do Planejamento informou que já foi sacado R\$ 1,3 bilhão do PIS/Pasep desde a liberação dos recursos para pessoas com mais de 60 anos. A previsão é que essa nova etapa beneficie mais de 3 milhões de cotistas do PIS e do Pasep, que poderão efetuar o saque de R\$ 5,6 bilhões.

## Com imóveis no DF, Gilmar usa casa da União

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes utiliza uma casa funcional, cedida pela corte, mesmo tendo em seu nome dois imóveis próprios na capital federal.

Segundo o próprio tribunal, seis dos 11 ministros, incluindo Gilmar, têm ajuda com residência oficial, pertencente à União.

Levantamento feito pela Folha em três cartórios que abrangem regiões centrais do Distrito Federal mostra que, desses seis, apenas Gilmar tem registro de propriedade em seu nome.

A assessoria do tribunal informou que só administra os imóveis da União cedidos aos ministros e que as regras para seu uso são feitas por ela.

Pelas regras do Ministério do Planejamento, para ter acesso a um imóvel, "o servidor e seu cônjuge não poderão ser proprietários,

promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial em Brasília".

De acordo com certidão de 2º Ofício do Registro de Imóveis no DF, Gilmar, com sua ex-mulher ou a atual, tem em seu nome três terrenos que abrigam uma casa no Lago Norte, um apartamento na Asa Norte e terrenos em duas fazendas na região.

O Supremo cedeu a Gilmar uma casa localizada no Lago Sul, região nobre de Brasília.

Em resposta à Folha, ele disse que está em "processo de devolução do imóvel funcional". Gilmar ocupa a casa pelo menos desde 2008, quando informou o endereço em uma ação na Justiça.

Os ministros Alexandre de Moraes, Celso de Mello, Rosa Weber, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski também usam imóvel funcional, mas não têm casa própria

no Distrito Federal.

Os ministros do Supremo têm os mais altos salários da República. Recebem mensalmente R\$ 33.763, que é formalmente o máximo que um funcionário público poderia ganhar no Brasil.

Em declarações nos últimos dias, Gilmar diz ser contrário ao pagamento de auxílio-moradia a juízes.

Em entrevista à Folha nesta terça (6), afirmou que "a autonomia financeira dos tribunais terá que ser rediscutida", ao ser perguntado sobre se concorda com a manutenção do benefício, e disse também que há "castas dentro desse modelo".

Além de procurar em cartórios, a reportagem também perguntou diretamente aos ministros com casas funcionais se eles têm imóveis no DF.

Em 2008, o STF criou uma resolução interna para regular a





concessão de auxílio-moradia para ministros e servidores do tribunal. Nenhum dos ministros recebe auxílio.

O uso do benefício pelo Judiciário deve ser levado para análise do plenário do Supremo pela presidente Cármen Lúcia em março.

A regra do tribunal diz que o auxílio-moradia será dado desde que o servidor ou seu cônjuge não seja ou tenha sido, nos 12 meses que antecederem sua nomeação, proprietário de imóvel próprio no DF. A norma não fala especificamente em imóveis funcionais.

A Folha tem mostrado que pagar auxílio-moradia a beneficiados que têm imóvel próprio ou patrimônio elevado é uma prática comum nos três Poderes e também no Ministério Público.

Vinte e seis ministros do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal

Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar fazem parte da lista.

Em São Paulo, quase metade dos juízes que recebem auxílio tem propriedades na cidade. Um deles, o recordista, tem 60 imóveis registrados em seu nome.

Integrantes da cúpula da PGR (Procuradoria-Geral da República) e ministros do TCU (Tribunal de Contas da União), órgãos que entre outras funções são responsáveis pela fiscalização do dinheiro público, também se encontram na mesma situação.

Mesmo milionários, ministros do governo Michel Temer recebem ajuda para morar e para comer.

O gasto com auxílio-moradia no Judiciário e no Ministério Público cresceu a partir de 2014, quando o ministro Luiz Fux concedeu liminares estendendo o pagamento a toda a magistratura





## CASA SUPREMA

Mesmo com imóveis próprios em Brasília, Gilmar Mendes utiliza casa funcional

Dos 11 ministros:

**5**  
não têm ajuda  
do tribunal

**6**  
usam imóvel  
funcional

**0**  
recebe  
auxílio-moradia



Carmen  
Lúcia

Dias  
Toffoli

Roberto  
Barroso

Marco  
Aurélio

Luiz Fux

Celso  
de Mello

Ricardo  
Lewan-  
dowski

Rosa  
Weber

Edson  
Fachin

Alexandre  
de Moraes

Gilmar  
Mendes

Luiz Fux, que deu as liminares em 2014 estendendo o pagamento do auxílio-moradia para toda a magistratura, foi o último ministro a receber o benefício

Pesquisa em cartório\* encontrou apenas **propriedades em nome de Gilmar Mendes**

**2011**

STF decide aumentar de R\$ 2.750 para R\$ 4.378 o auxílio-moradia dos próprios ministros –na ocasião, só Luiz Fux tinha o benefício

**2014**

Fux concede liminares estendendo o pagamento para toda a magistratura

**2017**

Depois de três anos, Fux libera as liminares para análise do plenário

**2018**

Presidente do STF, Carmen Lúcia, deve pautar o julgamento para março

\* O levantamento foi feito em três cartórios que abrangem as regiões centrais de Brasília

OUTRO LADO

## Ministro diz que imóvel funcional será devolvido

O ministro Gilmar Mendes disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que está em processo de devolução da casa funcional no Lago Sul para a União.

A equipe do ministro, no entanto, não soube informar quando ele tomou a decisão, mas que já está "esvaziando para entregar" o imóvel porque "não usa mais".

Segundo informou a assessoria, "o processo de devolução deve ser finalizado nas próximas semanas".

A reportagem enviou três perguntas ao ministro: por qual motivo ele utiliza o funcional mesmo tendo imóveis próprios em Brasília, se considera adequado usá-lo nessa situação e qual a posição sobre as liminares que serão julgadas pelo plenário do Supremo sobre o pagamento de auxílio-moradia para a magistratura.

Gilmar não respondeu aos questionamentos.

O ministro do Supremo informou que os terrenos em fazendas mencionados pela reportagem "não são de sua propriedade, pois foram objeto de partilha judicial em processo de separação".

A Folha procurou todos os ministros do STF. Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luiz Fux e Marco Aurélio não responderam.

Dos que usam imóveis funcionais, Rosa Weber e Lewandowski informaram não possuir imóvel no DF.

Celso de Mello também disse não ter propriedades em seu nome em Brasília.



## Nos EUA, não há auxílio-moradia; europeus dão benefício

**ESTELITA HASS CARAZZAI**

DE WASHINGTON

**DIOGO BERCITO**

DE MADRI

É difícil até mesmo explicar o conceito de auxílio-moradia a alguém nos Estados Unidos. O país não oferece qualquer tipo de benefício para despesas com moradia aos seus juizes, nem em nível federal, nem em cortes estaduais.

“Não há nada semelhante a isso”, afirma Bill Raftery, analista do Centro Nacional de Cortes Estaduais.

Os únicos benefícios a que os magistrados americanos têm direito são plano de saúde, previdência e seguro de vida —mas, ainda assim, precisam pagar por eles.

Os salários dos juizes dos

EUA são calculados por ano, e revistos periodicamente. A ideia é que os magistrados consigam dar conta de suas despesas com esse subsídio.

Um juiz da Suprema Corte americana, por exemplo, recebe US\$ 267 mil por ano, ou cerca de R\$ 72 mil por mês. Parece muito, mas equivale a 4,5 vezes o salário médio do americano —no Brasil, essa proporção é de 15,6 vezes, sem contar eventuais penduricalhos.

Algumas cortes americanas levam em conta um componente local, que altera o salário dos servidores, a depender da cidade a que foram designados e do seu custo de vida. Mas a regra não vale para os pagamentos dos magis-

trados, que recebem todos o mesmo salário.

Um funcionário de um tribunal federal em Nova York, por exemplo, irá ganhar 32% a mais do que a tabela-base. Em Laredo, no interior do Texas, esse percentual é de 17%. Para juizes federais, os valores são os mesmos, em todo o país.

Já em nível estadual, cortes que não conseguem atrair candidatos a juizes para algumas posições, como no Alaska ou na Dakota do Norte, oferecem reembolso para custos de viagem ou de mudança. “Mas é muito, muito







raramente”, afirma Blake Kavanagh, do Centro Nacional de Cortes Estaduais.

Na Europa, um relatório publicado em 2016 pela Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça registra que juizes de 11 países no continente recebem algum tipo de auxílio-moradia. O subsídio existe em lugares como Portugal, Bulgária, Geórgia, Romênia, Ucrânia e Mônaco.

Em Portugal, por exemplo, juizes têm direito a ocupar casas previamente mobiliadas enquanto desempenham sua função. No caso de não residirem ali, rece-

bem uma compensação de em torno de € 700 (R\$ 2.800), uma regra que é alvo de frequente crítica.

Já os juizes na Inglaterra e no País de Gales não têm acesso a nenhum auxílio-moradia, segundo o Judiciário britânico. A alta remuneração é justamente calculada para que eles não precisem de subsídios, disse um funcionário. Um juiz da Suprema Corte britânica, por exemplo, ganha £ 217 mil por ano, equivalente a R\$ 980 mil.

Dentro da burocracia do bloco econômico, porém, os juizes do Tribunal de Justiça

da União Europeia, em Luxemburgo, recebem uma série de benefícios, incluindo um auxílio-moradia de 15% de seus salários — a remuneração mensal é de € 22 mil, equivalente a R\$ 88 mil.

Há também acréscimos para financiar a educação de seus filhos, além do direito a um carro oficial com motorista.

Esses juizes, que tiveram um aumento de salário em 2016, fiscalizam as altas instituições da UE e asseguram o cumprimento das obrigações dos tratados assinados entre os países-membros.

## O apagão dos estágios

ANTONIO TEMOTEO

Jovens à procura de estágio ou de uma oportunidade como aprendizes estão jogados à própria sorte. A demanda por vagas tem assustado até quem entende do assunto. Dados do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) mostram que 3 milhões de meninos e meninas em busca da primeira experiência profissional estão registrados na base de dados da organização não governamental (ONG).

Desse total, 1,8 milhão querem estágios e 1,2 milhão buscam vagas de aprendizes. O CIEE conseguiu intermediar a contratação de apenas 200 mil estagiários e 100 mil aprendizes, o que mostra uma demanda nove vezes maior, no primeiro caso, e 12 vezes superior à oferta, no segundo. De acordo com o superintendente-geral da ONG, Humberto Casagrande, a meta é dobrar a oferta de postos para os universitários em cinco anos, para 400 mil. Segundo ele, isso seria possível se somente as maiores empresas do país adotassem essa prática.

Entretanto, Casagrande pretende

incentivar a abertura de postos de estágio em micro, pequenas e médias empresas, além de mirar oportunidades nas startups. “Por ano, conseguimos ofertar 600 mil oportunidades entre reposição e novas vagas. Entre os benefícios para uma empresa que contrata um estagiário está o não pagamento de encargos sociais, já que não há vínculo empregatício, além de moldar o jovem à cultura da empresa”, destaca.

### Formação

Casagrande explica que formar mão de obra a partir do estágio ou da aprendizagem é uma vantagem. Vale lembrar que são comuns os exemplos de presidentes de bancos e de outras grandes empresas que começaram a trabalhar ainda jovens, com 14 ou 15 anos. O superintendente detalha que 300 mil aprendizes têm contrato no Brasil, mas esse número chegaria a 1,2 milhão se as empresas cumprissem a legislação vigente no país.

Conforme a Lei Federal 10.097, de 2000, empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho

pode durar até dois anos. “O aprendiz não é problema, mas parte da solução. O programa é uma fonte de recrutamento e seleção”, afirma Casagrande.

Além de ajudar os jovens a encontrar a primeira oportunidade de trabalho, o CIEE oferece aulas de cidadania, cursos a distância de línguas, informática, e de educação financeira, entre outros temas. “Assinamos um acordo com o Banco Central (BC) para que os servidores da casa ofereçam cursos para os jovens. Nossas pesquisas apontam que o primeiro salário é usado para comprar celulares e tênis”, destaca.

### Equacionamento

» Os empregados da Caixa Econômica Federal que são participantes da Funcef pagarão contribuições extraordinárias de 9,59% por 20 anos para cobrir o déficit registrado pelo fundo de pensão em 2016. A proposta foi aprovada pelo conselho deliberativo da entidade e aguarda aval do banco e do Ministério do Planejamento. Os descontos nos contracheques devem começar em março.





### **Equacionamento 2**

» A taxa de contribuição extraordinária de 2016 será recalculada anualmente a cada avaliação atuarial, que leva em consideração alterações na composição da massa de participantes, resultados dos planos e hipóteses atuariais, entre outros fatores. Os participantes da Funcef já pagam contribuições extraordinárias de equacionamentos iniciados em 2014 e 2015. As taxas são de 2,78% e de 7,86%, respectivamente.

### **Equacionamento 3**

» As alíquotas de 2014 e 2015 serão revistas no encerramento da avaliação do exercício de 2017, o que ocorrerá até março deste ano. Caso o estudo conclua pela alteração, o novo percentual deve entrar em vigor em abril de 2018.